

AVISO**COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM**

UASG 373201 - 386.00005027/2026-40 - PREGÃO ELETRÔNICO – PE05326 – FORNECIMENTO DE CAVILHA DE CABO MENSAGEIRO. Início do prazo para envio da proposta eletrônica: 10/06/2026. Sessão Pública: 23/06/2026 às 09:00 horas - Edital disponível a partir do dia 10/06/2026.

O edital, na íntegra, estará disponível nos sites www.cptm.sp.gov.br, www.gov.br/compras/pt-br e www.doe.sp.gov.br.

PREGÃO ELETRÔNICO - PE05326

A **COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM** comunica aos interessados que, observadas as disposições da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, da Norma Implementadora nº 03/003, do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, vigente a partir de 01 de abril de 2026, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, das disposições do Capítulo II-B do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), do Código de Conduta e Integridade, do Código de Conduta e Integridade de Fornecedores, Prestadores de Serviços e Parceiros da CPTM, do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes, bem como toda a legislação aplicável sobre privacidade e proteção de dados, inclusive, normas setoriais ou gerais sobre o tema, pela Política de Segurança da Informação da CPTM, pela Política de Integridade e Compliance e pela Política Antissuborno e Anticorrupção, no âmbito do objeto do Contrato e pelas condições constantes deste edital, realizará **PREGÃO ELETRÔNICO**, pelo modo de disputa aberto, do tipo de **menor preço**.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e seus anexos e serão encaminhadas, por meio eletrônico, após o registro dos interessados em participar do certame e o credenciamento de seus representantes, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

A sessão pública de processamento do **PREGÃO ELETRÔNICO** será realizada no endereço eletrônico do Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras) e será conduzida pelo Pregoeiro, com o auxílio da Equipe de Apoio, designada nos autos do respectivo processo.

O presente instrumento foi elaborado nos termos do edital padrão pré-aprovado pela Gerência Jurídica da CPTM, não sendo a primeira contratação de material homologado ou com exigência de protótipo/amostra, não contemplando quaisquer condições diferentes das inseridas nos Editais Padrão, tais como: qualificação técnica; qualificação econômica financeira adicional; alteração das cláusulas de penalidades/multas; recolhimento de garantia; apresentação de documentação na fase de assinatura do contrato; declarações adicionais; e orçamento que não ultrapasse os valores estabelecidos internamente, ou outras condicionantes, que demandariam a necessidade de nova avaliação jurídica.

1. OBJETO

- 1.1 A presente licitação tem por objeto o **FORNECIMENTO DE CAVILHA DE CABO MENSAGEIRO**, mediante especificações constantes do Anexo I - Planilha de Proposta, Condições Gerais de Contratação, Desenho CPTM AF4549-1, Especificações Técnicas CPTM AX2822-0 e AW1138-1, que integra este edital.

2. LOCAL DE ENTREGA

- 2.1 O material deverá ser entregue conforme discriminado no Anexo II - Modelo de Ordem de Fornecimento - OF.

3. DOCUMENTOS INTEGRANTES

- 3.1 Integram o presente edital, como partes indissociáveis, os seguintes anexos:

Anexo I	Planilha de Proposta, Condições Gerais de Contratação, Desenho CPTM AF4549-1, Especificações Técnicas CPTM AX2822-0 e AW1138-1;
Anexo II	Modelo de Ordem de Fornecimento - OF;
Anexo III	Modelo de Declaração referente ao subitem 7.1.10 do Edital;
Anexo IV	Modelo de Declaração referente ao subitem 4.7.1 do Edital;
Anexo V	Modelo de Declaração de Ciência e Responsabilidade;
Anexo VI	Modelo de Declaração de Parte Relacionada; e
Anexo VII	Modelo de Termo de Ciência e de Notificação.

4. PARTICIPAÇÃO

- 4.1 Poderão participar do certame todos os interessados que estiverem cadastrados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), em atividade econômica compatível com o objeto da licitação, e desde que detentores de senha para participar de procedimentos eletrônicos e tenham credenciado os seus representantes, na forma estabelecida em regulamento próprio.
- a) Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- b) As informações a respeito das condições exigidas e dos procedimentos a serem cumpridos, para o cadastro no SICAF, para o credenciamento de representantes e para a obtenção de senha de acesso, estão disponíveis no endereço eletrônico www.gov.br/compras.
- 4.2 Quaisquer incompatibilidades entre o regulamento do Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras) e o Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da CPTM, vigente a partir de 01 de abril de 2026, prevalecerão as disposições do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da CPTM, vigente a partir de 01 de abril de 2026.
- 4.3 A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no Pregão Eletrônico, por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.
- 4.4 Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante, em cada Pregão Eletrônico.
- 4.5 O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.
- 4.6 Não poderão participar deste certame empresas cadastradas no SICAF em condição diferente de ME (microempresa), EPP (empresa de pequeno porte) ou cooperativa de consumo na data destinada para a realização da respectiva sessão pública.
- 4.7 Não poderão participar deste certame empresas impedidas de participar da licitação

ou de ser contratadas pela CPTM, nos termos dos artigos 30 e 31 do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da CPTM, vigente a partir de 01 de abril de 2026, disponível no sítio eletrônico www.cptm.sp.gov.br.

4.7.1 A PROPONENTE deverá declarar que não está impedida de participar de licitações e de com a CPTM contratar, conforme modelo constante do Anexo IV.

5. CREDENCIAMENTO

5.1 O credenciamento dar-se-á pela atribuição da chave de identificação e de senha pessoal e intransferível para acesso ao sistema eletrônico, no sítio www.gov.br/compras.

5.2 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

5.3 O uso de senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante legal, não cabendo ao provedor do sistema ou a entidade promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6. DA PROPOSTA

6.1 As propostas deverão ser enviadas por meio do sistema eletrônico, até o dia e horário previstos no preâmbulo, devendo a licitante no cadastramento da proposta inicial, declarar, em campo próprio do sistema, que:

6.1.1 Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, inclusive quanto a necessidade de equalização da proposta, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

6.1.2 Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

6.1.3 Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

6.1.4 Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

6.1.5 A licitante organizada em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo

próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos para participação da licitação, conforme legislação aplicável;

- 6.1.6 A licitante enquadrada como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
- 6.2 Ao apresentar proposta fica subentendido que a licitante declara ter pleno conhecimento da natureza dos materiais a serem fornecidos e que se submete a todas as cláusulas e condições do edital, bem como às disposições do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da CPTM, vigente a partir de 01 de abril de 2026, da Lei Federal nº 13.303/16, do Código de Conduta e Integridade e do Código de Conduta e Integridade de Fornecedores, Prestadores de Serviços e Parceiros da CPTM, que regerão o contrato decorrente desta licitação.
- 6.3 Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação.
- 6.3.1 Em observância ao que dispõe o artigo 117 do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviço de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS do Estado de São Paulo, aprovado pelo Decreto nº 45.490/00, na hipótese de oferta de produto oriundo de outro Estado, o preço ofertado deverá estar acrescido da parcela correspondente ao “diferencial de alíquota”, observando-se o seguinte roteiro:
- a) Ao preço constante da proposta com ICMS incluso, aplicar a alíquota interestadual para apuração do **crédito** do imposto;
 - a.1) no caso das empresas optantes do SIMPLES NACIONAL situadas em outros estados, o ICMS será calculado “por dentro”, de forma a que o valor do ICMS integre a sua própria base de cálculo para essa operação, nos termos do RICMS Paulista, Art. 117, §§ 5º e 6º c/c Art. 49.
 - b) Ao preço constante da proposta com ICMS incluso, aplicar a alíquota interna do Estado de São Paulo, para apuração do **débito** do imposto, observado que o montante do imposto integra sua própria base de cálculo, conforme Artigo 49 do supramencionado RICMS do Estado de São Paulo;
 - c) O valor correspondente à diferença apurada entre o **débito e o crédito**, ou seja, o **diferencial de alíquota devido**, deverá, nos termos previstos neste subitem, estar acrescido no preço da proposta para efeito de comparação na fase de lances e também para apuração do valor total do dispêndio da CPTM, caso a proposta seja vencedora, compreendendo o preço a ser pago ao futuro contratado e a parcela do ICMS que será recolhido ao Estado de São Paulo.

6.4 Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste edital.

6.5 A proposta de preços deverá conter os seguintes elementos:

- a) O **preço unitário**, fixo e irrevogável, expresso em números, na moeda corrente nacional, com no máximo duas casas decimais, sendo desprezadas as demais, ficando estabelecido que a data-base dos preços corresponde ao mês estabelecido para a entrega das propostas, sem a inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária;
- b) A **marca** do(s) material(is) ofertado(s);
- c) A **referência** (se houver) do(s) material(is) ofertado(s).

7. DA HABILITAÇÃO

7.1 O julgamento da habilitação se processará na forma prevista no subitem 8.16, mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito a:

HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 7.1.1 Registro do empresário na Junta Comercial;
- 7.1.2 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente inscrito na Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias sendo que, no caso de sociedades por ações, deverá se fazer acompanhar da ata de eleição de seus administradores;
- 7.1.3 Decreto de autorização ou equivalente, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente quando a atividade assim o exigir;
- 7.1.4 Registro da sociedade cooperativa perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras, nos termos do artigo 107 da Lei Federal nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, bem como estatuto social em vigor, registrado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, ata de eleição dos administradores e indicação de gestor encarregado de representá-la com exclusividade perante a CPTM;

REGULARIDADE FISCAL

Caso a PROPONENTE participe da licitação por meio da matriz, deverão ser apresentados os documentos comprobatórios de regularidade fiscal em nome e CNPJ da matriz.

Caso a participação da PROPONENTE se dê por meio de uma de suas filiais, deverão ser apresentados documentos comprobatórios de regularidade fiscal em nome e CNPJ da filial, exceto aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente sejam emitidos somente em nome da matriz.

- 7.1.5 Prova de inscrição no **Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica** - CNPJ da PROPONENTE;

- 7.1.6 Prova de regularidade para com a seguridade social, mediante a apresentação de **Certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional**, dando conta da regularidade dos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União por elas administrados;
- 7.1.7 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do **Certificado de Regularidade do FGTS (CRF)**;

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- 7.1.8 Certidão negativa de falência, concordata ou recuperação judicial/extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede (matriz) da pessoa jurídica, para Sociedades Empresárias;
- 7.1.8.1 Na hipótese de recuperação judicial/extrajudicial, deve a PROPONENTE apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor, com autorização expressa para a participação em processos de licitação; ou laudo de constatação prévia das reais condições de funcionamento do devedor nos termos do art. 51 - A, da Lei 11.101/05 acompanhado do despacho de deferimento do processamento da recuperação judicial; ou decisão interlocutória do juízo do processamento da recuperação autorizando a participação em processos de licitação; ou certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório.
- 7.1.9 Certidão negativa de execução patrimonial expedida pelo distribuidor Judicial das Varas Cíveis em geral da Comarca onde a empresa está sediada, para Cooperativas;

DECLARAÇÕES

- 7.1.10 **Declaração**, sob as penas da lei, que a PROPONENTE se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, conforme modelo constante do Anexo III;
- 7.1.11 **Declaração**, sob as penas da lei, de que a PROPONENTE não está impedida de participar de licitação ou de ser contratada pela CPTM, nos termos dos artigos 30 e 31 do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da CPTM, vigente a partir de 01 de abril de 2026, conforme modelo constante do Anexo IV;
- 7.1.12 **Declaração de Ciência e Responsabilidade**, conforme modelo constante do Anexo V; e
- 7.1.13 **Declaração de Parte Relacionada**, conforme modelo constante do Anexo VI.

7.2 As microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas de consumo deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição. No entanto, a comprovação de regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas de consumo somente será exigida para efeito de emissão da Ordem de Fornecimento - OF.

7.3 Não constando dos documentos prazo de validade, serão aceitos aqueles emitidos até 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação da proposta.

8. PROCEDIMENTO E JULGAMENTO

8.1 No julgamento das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO UNITÁRIO**.

8.2 No dia e horário indicado no preâmbulo deste edital, dar-se-á início à sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico automaticamente, por meio de sistema eletrônico.

8.3 Será iniciada a etapa de lances, em que poderão participar todas as licitantes.

8.3.1 A formulação de lances será efetuada, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico.

8.3.2 Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço ou em valores distintos e decrescentes inferiores ao do último valor apresentado pela própria licitante ofertante, prevalecendo o primeiro lance recebido, quando ocorrerem 02 (dois) ou mais lances do mesmo valor, ficando estabelecida a **REDUÇÃO MÍNIMA ENTRE ELES DE R\$ 4,00 (QUATRO REAIS)**.

8.4 A etapa de lances terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

8.4.1 A prorrogação automática da etapa de lances será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.5 A etapa de lances será encerrada automaticamente pelo sistema, findos os períodos de duração indicados no subitem anterior.

8.6 Encerrada a etapa de lances, o sistema divulgará a grade ordenatória, contendo a classificação final, em ordem crescente de valores.

8.7 Em caso de empate entre 2 (duas) melhores propostas, serão utilizados, na ordem em que se encontram enumerados, os critérios de desempate estabelecidos no artigo 78 do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da CPTM, vigente a partir de 01 de abril de 2026.

8.8 O pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor, mediante troca de mensagens abertas no sistema, com vistas à redução do preço.

8.9 O pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente

a respeito.

- 8.10 A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado, apurados mediante pesquisa realizada pela CPTM, ou qualquer outro meio autorizado para a formação de preço, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento.
- 8.11 Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a PROPONENTE desistente a penalidade mencionada no item 12 deste edital.
- 8.12 O Pregoeiro, após a negociação, verificará o Estado (UF) em que a empresa está registrada, através de consulta da inscrição no **Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica** - CNPJ perante a Receita Federal, sendo que, em caso de empresa que não seja oriunda do Estado de São Paulo, e na hipótese da oferta obtida na licitação contemplar alíquota interestadual de ICMS inferior à alíquota interna deste Estado, para fins de adjudicação, será desconsiderado (subtraído) o diferencial de alíquota, acrescido nos termos do subitem 6.3.1, através de lance a ser ofertado no sistema.
- 8.12.1 A equalização das propostas nos termos acima expostos é cogente, sendo que eventual negativa configurará desistência de proposta e sujeitará da licitante as penalidades previstas no item 12 do edital.
- 8.12.2 Para realização dos cálculos serão utilizadas três casas decimais.
- 8.12.3 No resultado final obtido, ou seja, no valor encontrado para efeito de comparação, será desprezada a terceira casa decimal.
- 8.13 O autor da oferta de menor preço deverá, ao final da etapa de negociação e após a solicitação do Pregoeiro, enviar a Planilha de Proposta elaborada conforme modelo constante no Anexo I do Edital, contemplando o preço aceito pelo pregoeiro na etapa de negociação, sujeita a eventual saneamento, se o caso, devendo conter:
- a) Os **preços, unitário e total**, conforme estabelecido no subitem 8.12, expresso em números, na moeda corrente nacional, com no máximo duas casas decimais, sendo desprezadas as demais, ficando estabelecido que a data-base dos preços corresponde ao mês estabelecido para a entrega das propostas, sem a inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária;
 - b) A **marca, a referência** (se houver) e o **prazo de garantia** do(s) material(is) ofertado(s);
 - c) O **prazo de pagamento**, que será de **30 (trinta) dias**, a contar da data do adimplemento da obrigação referente ao fornecimento dos materiais;
 - d) O **prazo de entrega**, que deverá obedecer ao indicado no Anexo I - Planilha de Proposta;
 - e) O **prazo de validade** da proposta, de no mínimo **90 (noventa) dias** a contar da data de sua apresentação;
 - f) O **Estado** de origem do produto, bem como a **alíquota de ICMS** incidente.
- 8.14 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro procederá a análise das propostas visando o atendimento das condições estabelecidas neste edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas que:

- a) Não obedecerem às exigências do edital ou da legislação aplicável, ou impuserem condições;
- b) Forem omissas, vagas ou apresentarem irregularidades insanáveis;
- c) Apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes;
- d) Por ação da licitante ofertante contenham elementos que permitam a sua identificação;
- e) Forem de empresas cadastradas no SICAF em condição diferente de ME (microempresa), EPP (empresa de pequeno porte) ou cooperativa de consumo na data destinada para a realização da respectiva sessão pública.

8.15 A desclassificação se dará por decisão motivada do pregoeiro.

8.16 Considerada aceitável a oferta de menor preço, passará o Pregoeiro ao julgamento da habilitação, observando as seguintes diretrizes:

- a) A verificação dos documentos indicados no item 7 deste edital do autor da oferta aceita;
- b) Caso os documentos não atendam aos requisitos estabelecidos no item 7 deste edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas, mediante consultas efetuadas por outros meios eletrônicos hábeis de informações;
 - b1) Essa verificação será certificada pelo Pregoeiro na ata da sessão pública, devendo ser anexados aos autos, os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente certificada e justificada.
- c) A licitante poderá, ainda, suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas, relativas ao cumprimento dos requisitos e condições de habilitação estabelecidos no edital, mediante a apresentação de novos documentos ou a substituição de documentos anteriormente ofertados, desde que os envie no curso da própria sessão pública do pregão e até a decisão sobre a habilitação, por meio do sistema;
- d) A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações, no momento da verificação a que se refere a alínea “b”, ou dos meios para a transmissão de cópias de documentos a que se refere a alínea “c”, ambas deste subitem 8.16. Na hipótese de ocorrer essa indisponibilidade e/ou não sendo supridas ou saneadas as eventuais omissões ou falhas, na forma prevista nas alíneas “b” e “c”, a licitante será inabilitada, mediante decisão motivada;
- e) A critério do Pregoeiro a empresa declarada vencedora poderá ser instada a apresentar os originais, inclusive a Planilha de Proposta ou cópias autenticadas por tabelião de notas quando for o caso, dos documentos enviados na forma constante da alínea “c”, que, caso solicitados, deverão ser apresentados no Departamento de Contratações e Compras por Meio Eletrônico - DFCE, sito na Rua Boa Vista nº 162 - 1º andar - Centro - São Paulo/SP, em prazo a ser

determinado, sob pena de invalidade do respectivo ato de habilitação e a aplicação das penalidades cabíveis;

- f) Para habilitação de microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas de consumo não será exigida comprovação de regularidade fiscal, mas será obrigatória a apresentação dos documentos indicados nos subitens 7.1.6 e 7.1.7 deste edital, ainda que os mesmos veiculem restrições impeditivas à referida comprovação;
- g) Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

- 8.17 A licitante habilitada nas condições da alínea “f” do subitem 8.16 deverá comprovar sua regularidade fiscal por ocasião da celebração do instrumento contratual, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, sendo a sessão retomada para exame da oferta subsequente de menor preço, nos termos do subitem 8.19.
- 8.18 A comprovação de que trata o subitem 8.17 deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período a critério da CPTM, contado a partir do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame.
- 8.19 Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender às exigências para a habilitação, respeitada a ordem de classificação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

9. RECURSO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 9.1 Divulgado o vencedor pelo sistema, as licitantes poderão manifestar, motivadamente, a intenção de interpor recurso referente ao resultado do julgamento das propostas e da habilitação, da anulação ou da revogação da licitação, exclusivamente por meio eletrônico, em campo próprio disponibilizado no sistema, no prazo de 10 (dez) minutos, sem prorrogação.
- 9.2 Havendo manifestação motivada da intenção de interposição de recurso, na forma indicada no subitem anterior, o sistema informará aos recorrentes que poderão apresentar memoriais contendo as razões de recurso, no prazo de 03 (três) dias úteis após o encerramento da sessão pública e, aos demais licitantes, que poderão apresentar contrarrazões, em igual número de dias, os quais começarão a contar da data da divulgação da interposição do recurso, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 9.3 A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará na decadência do direito de recurso.
- 9.4 Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente instruído à autoridade competente.

- 9.5 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento.
- 9.6 O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará na invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento, excetuando-se o disposto no § 2º, artigo 94 do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da CPTM, vigente a partir de 01 de abril de 2026.
- 9.7 A adjudicação será feita **POR ITEM**. Para a licitante que ofertar produto oriundo de outro Estado, cuja alíquota interestadual do ICMS seja inferior à alíquota interna do Estado de São Paulo, o valor adjudicado obedecerá ao critério disposto no subitem 8.12.

10. DA DESCONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO

- 10.1 À licitante caberá acompanhar as operações no sistema eletrônico, durante a sessão pública, respondendo pelos ônus decorrentes de sua desconexão ou da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema.
- 10.2 A desconexão do sistema eletrônico com o Pregoeiro, durante a sessão pública, implicará na sua suspensão e no seu reinício, desde o ponto em que foi interrompida.
- 10.2.1 Se a desconexão, exceto na etapa de lances, persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública deverá ser suspensa e reiniciada somente após comunicação expressa aos licitantes, de nova data e horário para a sua continuidade.
- 10.2.2 Se a desconexão ocorrer durante a etapa de lances, a sessão não será suspensa e a apresentação de lances pelos licitantes terá continuidade, até o término do período estabelecido no edital.
- 10.3 A desconexão do sistema eletrônico com qualquer licitante, não prejudicará a conclusão válida da sessão pública ou do certame.

11. CONTRATAÇÃO

- 11.1 A contratação decorrente desta licitação será formalizada por meio de Ordem de Fornecimento - OF, cujo modelo constitui o Anexo II do presente edital.
- 11.2 Se, por ocasião da formalização da Ordem de Fornecimento - OF, a **Certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional** e o **Certificado de Regularidade de Situação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - CRF** estiverem com os prazos de validade vencidos, a CPTM verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, inclusive a existência de registro no **Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais - CADIN Estadual**, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.
- 11.3 Se não for possível efetuar a verificação, de que trata o subitem 11.2, a Adjudicatária será notificada para, no prazo de 03 (três) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade de que trata o subitem 11.2, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, assim como a comprovação de

inexistência de registro no CADIN Estadual, emitida por meio do site: http://www.fazenda.sp.gov.br/cadin_estadual/, sob pena da contratação não se realizar.

- 11.4 A adjudicatária terá o prazo de **02 (dois) dias úteis** contados da data da convocação para dar aceite na Ordem de Fornecimento - OF, sob pena de sujeitar-se às penalidades previstas no item 12 deste edital.

12. PENALIDADES

- 12.1 A PROPONENTE que: ensejar retardamento da execução ou da entrega do objeto do certame; não apresentar documento(s) exigido(s) para a celebração do instrumento contratual; não celebrar a contratação, quando convocado pela CPTM, dentro do prazo de validade de sua proposta; praticar quaisquer atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; apresentar documentação falsa; fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, participar ou tentar participar de licitação, quando enquadrável nas hipóteses de impedimento de participação em licitação; praticar conluio, combinação ou cartel na participação de licitação; praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013; dar causa à inexecução total do contrato; dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à CPTM, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, garantido o direito prévio ao contraditório e a ampla defesa, estará sujeita à suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CPTM, pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses, em conformidade com a previsão contida no artigo 247 do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da CPTM, vigente a partir de 01 de abril de 2026, disponível no sítio eletrônico www.cptm.sp.gov.br, dosada e aplicada segundo a natureza e a gravidade da falta, com o consequente registro no sítio eletrônico www.sancoes.sp.gov.br, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.
- 12.2 Caso ocorram as situações especificadas a seguir, será aplicada multa de 1% (um por cento) do valor referencial da CPTM, respeitado o contraditório e a ampla defesa:
- a) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - b) Deixar de entregar amostras para os pregões em que houver a previsão de análise das mesmas com a suspensão da sessão;
 - c) Cometer erro no lançamento dos valores e ensejar o retardamento da continuidade do pregão, na tentativa de corrigir o erro cometido.
- 12.3 Caso ocorram as situações especificadas a seguir, será aplicada multa de 5% (cinco por cento) do valor total da contratação pretendida, respeitado o contraditório e a ampla defesa:
- a) Regularmente convocada e estando sua proposta dentro do prazo de validade, se recusar a celebrar o instrumento contratual;
 - b) Deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, qualquer documento ou anexos exigidos, via mídia eletrônica, de forma provisória, ou em original ou cópia autenticada, de forma definitiva.

- 12.4 Aplicadas as multas referidas nos subitens anteriores, a PROPONENTE deverá pagá-las em até 48 (quarenta e oito) horas contadas do recebimento do documento de cobrança respectivo, no Departamento de Finanças da CPTM, sob pena de, não o fazendo, sujeitar-se às medidas cabíveis, inclusive sua inscrição no CADIN Estadual.
- 12.5 Para a aplicação da sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CPTM serão observadas as disposições do artigo 257 do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da CPTM, vigente a partir de 01 de abril de 2026, especificamente os incisos IV, VI, VII e VIII, a seguir transcritos:
- a) Deixar de entregar a documentação exigida para assinatura do contrato: Penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CPTM pelo período de 90 (noventa) dias;
 - b) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CPTM pelo período de 120 (cento e vinte) dias;
 - c) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CPTM pelo período de 100 (cem) dias;
 - d) Praticar as condutas previstas nos incisos IV, V, VII, VIII, IX, X e XI do caput do art. 246 do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da CPTM, vigente a partir de 01 de abril de 2026: Penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CPTM pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, a seguir transcritas:
 - d1) praticar quaisquer atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - d2) apresentar documentação falsa;
 - d3) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - d4) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - d5) participar ou tentar participar de licitação, quando enquadrável nas hipóteses de impedimento de participação em licitação;
 - d6) praticar conluio, combinação ou cartel na participação de licitação;
 - d7) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 12.6 A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CPTM é cumulável com as sanções de multa para sancionar um mesmo fato.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 13.1 As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação


da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

- 13.2 Das sessões públicas de processamento do pregão será lavrada ata circunstanciada, emitida pelo sistema eletrônico de processamento.
- 13.3 A CPTM poderá revogar a licitação por razões de interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros.
- 13.4 O aviso contendo o resumo do edital da licitação, do extrato da Ordem de Fornecimento - OF e de seus termos de aditamentos decorrentes de procedimentos licitatórios deverão ser publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo e na internet no sítio eletrônico www.cptm.sp.gov.br.
- 13.5 Os atos de julgamento, adjudicação, homologação, demais atos e procedimentos, serão divulgados no sítio eletrônico www.cptm.sp.gov.br.
- 13.6 No interesse da CPTM, sem que caiba aos participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:
 - a) Adiada a data da sessão pública de processamento do pregão; ou
 - b) Alterado o edital, com fixação de novo prazo para a realização da sessão pública de processamento do pregão.
- 13.7 Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o edital de licitação por irregularidade, por meio de correio eletrônico para o endereço departamento.compras@cptm.sp.gov.br, até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a ocorrência do certame, devendo a entidade julgar e responder à impugnação até o prazo de 01 (um) dia útil anterior à data fixada para realização da sessão pública.
- 13.8 Qualquer interessado é parte legítima para apresentar questionamentos, por meio de correio eletrônico para o endereço departamento.compras@cptm.sp.gov.br, até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a ocorrência do certame, e as respostas às dúvidas suscitadas serão divulgadas no sistema e no sítio eletrônico www.cptm.sp.gov.br.
- 13.9 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 13.10 Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização da sessão pública.
- 13.11 Os casos omissos do presente PREGÃO serão solucionados pelo Pregoeiro e as questões relativas ao sistema, pelo administrador da plataforma.
- 13.12 O valor do orçamento estimado pela Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM para esta licitação é sigiloso e preservado até a etapa de negociação, conforme critério de julgamento estipulado neste edital.
- 13.13 Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

Chefe do Departamento de Contratações e Compras
Por Meio Eletrônico

Gerente de Contratações e Compras

ANEXO I
PREGÃO ELETRÔNICO - PE05326
PLANILHA DE PROPOSTA,
CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATAÇÃO,
DESENHO CPTM AF4549-1,
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS CPTM AX2822-0 E AW1138-1

 GERÊNCIA DE CONTRATAÇÕES E COMPRAS RUA BOA VISTA, 162 - 1º ANDAR - CENTRO - SÃO PAULO - SP CEP 01014-001 - FONE: (11) 3117-7216	ANEXO I PLANILHA DE PROPOSTA PE05326 - 386.00005027/2026-40	DATA DE EMISSÃO	FOLHA
			1/1

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	PRAZO DE ENTREGA	VALIDADE DA PROPOSTA	DATA DE ABERTURA	LOCAL DE ENTREGA:
30 DIAS	VIDE OBS. 2	90 DIAS		Almoxarifado Presidente Altino - Rua General Manuel Azambuja Brilhante, 55 - Centro - Osasco/SP ou no Almoxarifado Lapa - Av. Raimundo Pereira de Magalhães, 200 - Vila Anastácio - São Paulo/SP

ITEM	SC/ITEM	CÓDIGO (Compras.gov.br)	DESCRIÇÃO	QTDE.	UN.	PREÇO UNIT. (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
01	060823/2	611280	CAVILHA DE CABO MENSAGEIRO ESPECIFICA, APLICACAO CABO MENSAGEIRO DE 300 E 500 MCM – CÓDIGO CPTM 003930 MARCA: _____ REF.: _____	25	UN		

OBSERVAÇÕES:

- O(S) CÓDIGO(S) COMPRAS.GOV.BR SERVE(M) TÃO SOMENTE PARA FINS DE LANÇAMENTO DA PROPOSTA NO SISTEMA, NÃO SE PRESTANDO A SUA DESCRIÇÃO E UNIDADE (UN.), PORTANTO, PARA FORMULAÇÃO DE PROPOSTA DE MATERIAIS DIFERENTES DO ESPECIFICADO NO EDITAL E EM SEUS ANEXOS.
- A ENTREGA DOS MATERIAIS DEVERÁ SER REALIZADA EM PARCELA ÚNICA EM ATÉ 90 (NOVENTA) DIAS APÓS A DATA DE EMISSÃO DA ORDEM DE FORNECIMENTO – OF, JÁ INCLUSOS OS PRAZOS DE INSPEÇÃO EM FÁBRICA E DE APRESENTAÇÃO E APROVAÇÃO DE PROTÓTIPO.
- A DEFINIÇÃO DO LOCAL DE ENTREGA SE DARÁ APENAS NO INÍCIO DA VIGÊNCIA DA ORDEM DE FORNECIMENTO - OF, SENDO INFORMADO PELO FISCAL EM SEU E-MAIL DE APRESENTAÇÃO.

DECLARAÇÕES:

- ESTADO DE ORIGEM DO PRODUTO: _____ ALÍQUOTA DO ICMS INCIDENTE: _____ %.
- DECLARA O PROPONENTE QUE NA PROPOSTA APRESENTADA ESTÃO OBSERVADAS TODAS AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS, EM ESPECIAL, O ATENDIMENTO INTEGRAL AO DISPOSTO NESTA PLANILHA DE PROPOSTA, NAS CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATAÇÃO, DESENHO CPTM AF4549-1, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS CPTM AX2822-0 E AW1138-1, BEM COMO ÀS DISPOSIÇÕES DO REGULAMENTO DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E DEMAIS AJUSTES DA CPTM, VIGENTE A PARTIR DE 01 DE ABRIL DE 2026, DA LEI FEDERAL Nº 13.303/16 E DA LEGISLAÇÃO ESTADUAL PERTINENTE.
- DECLARA O PROPONENTE QUE OS MATERIAIS OFERTADOS NA PRESENTE COTAÇÃO GOZAM DE GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO PELO PRAZO DE ____ (_____) ANOS (MÍNIMO 5 ANOS) A CONTAR DA DATA DO RECEBIMENTO DEFINITIVO.
- DECLARA O PROPONENTE QUE, NA HIPÓTESE DE LHE SER ADJUDICADO O OBJETO DA LICITAÇÃO, RECONHECE A IRRETRATABILIDADE DA PROPOSTA ORA APRESENTADA, QUE ADQUIRIRÁ FORÇA CONTRATUAL MEDIANTE O RECEBIMENTO DA ORDEM DE FORNECIMENTO - OF, EMITIDA PELA CPTM.
- DECLARA O PROPONENTE O COMPROMISSO DE RESPEITAR, CUMPRIR E FAZER CUMPRIR, NO QUE COUBER, O CÓDIGO DE CONDUTA E INTEGRIDADE E O CÓDIGO DE CONDUTA E INTEGRIDADE DE FORNECEDORES, PRESTADORES DE SERVIÇOS E PARCEIROS DA CPTM QUE SE ENCONTRAM DISPONÍVEIS NO SITE DA COMPANHIA NO ENDEREÇO ELETRÔNICO <https://www.cptm.sp.gov.br/cptm/esq-consciente/praticas-de-governanca/codigos-de-conduta-integridade>.

CARIMBO DO C.N.P.J. DA PROPONENTE
DATA E NOME DO RESPONSÁVEL LEGAL

OBSERVAÇÕES:

ANEXO I
PREGÃO ELETRÔNICO – PE05326
CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATAÇÃO

1. OBJETO

- 1.1 Fornecimento de cavilha de cabo mensageiro.

2. AVALIAÇÃO DE PROTÓTIPO

- 2.1 A CONTRATADA deverá apresentar 1 (um) protótipo para o item do Anexo I - Planilha de Proposta, conforme Desenho CPTM AF4549-1, Especificações Técnicas CPTM AX2822-0 e AW1138-1.

2.1.1 O protótipo deverá ser entregue juntamente com certificado de composição química da Liga Metálica, comprovando atendimento ao estabelecido no Desenho CPTM AF4549-1 e Especificações Técnicas CPTM AX2822-0 e AW1138-1.

2.1.2 O protótipo deverá ser entregue juntamente com os certificados e relatórios ensaios e testes realizados, comprovando atendimento ao estabelecido no Desenho CPTM AF4549-1, Especificações Técnicas CPTM AX2822-0 e AW1138-1.

2.1.3 Após a entrega, o protótipo será submetido a avaliação da CPTM, para comprovação do atendimento as características gerais, dimensões e exigências contidas no Desenho CPTM AF4549-1, Especificações Técnicas CPTM AX2822-0 e AW1138-1.

2.1.4 A liberação para fabricação de todo o lote será condicionada à aprovação do protótipo pela CPTM.

2.1.5 A aprovação do protótipo não significa a aprovação de todo o lote, o qual deverá ser submetido a mesma avaliação da CPTM, para comprovação do atendimento ao Desenho CPTM AF4549-1, Especificações Técnicas CPTM AX2822-0 e AW1138-1.

- 2.2 Os prazos a seguir deverão estar contabilizados no cronograma de entrega:

2.2.1 A CONTRATADA deverá, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de emissão da Ordem de Fornecimento - OF, apresentar 01 (um) protótipo para o item do Anexo I - Planilha de Proposta, para aprovação por parte da CPTM, em conformidade com Desenho CPTM AF4549-1 e Especificações Técnicas CPTM AX2822-0 e AW1138-1, no seguinte endereço, no horário das 8h00 às 17h00: na Avenida Raimundo Pereira de Magalhães, 200, Vila Anastácio, São Paulo/SP, no Departamento de Almoxarifados - DOLA da CPTM.

2.2.2 O protótipo deverá ser identificado com o nº da Ordem de Fornecimento - OF, o nome da CONTRATADA e o nº do item. Em consequência dos testes que poderão ser realizados no protótipo para verificação de sua conformidade com o desenho e especificações técnicas, o protótipo deverá

ser apresentado sem ônus a CPTM.

- 2.2.3 A CPTM comunicará a CONTRATADA, no prazo de até 10 (dez) dias, contados do recebimento do protótipo, quanto a sua aprovação ou não, formalizando o(s) motivo(s) da recusa, se for o caso.
- 2.2.4 Na hipótese da recusa do protótipo, a CONTRATADA terá o prazo de até 10 (dez) dias, contados da data de comunicação da reprova, para efetuar a retirada do protótipo reprovado, revisá-lo e reapresentá-lo, com a(s) falha(s) devidamente corrigida(s), ocasião em que a CPTM, no prazo de até 10 (dez) dias, formalizará sua aprovação ou não, indicando o motivo de sua reprovação. As despesas decorrentes para a revisão do protótipo são de responsabilidade da CONTRATADA.
- 2.2.5 A CPTM aceitará a revisão do protótipo apenas por uma vez. A reincidência de qualquer(is) da(s) falha(s) detectada(s), apontada(s) no item anterior, em qualquer protótipo apresentado ou ainda, a não apresentação de qualquer protótipo será considerada como inadimplência contratual, podendo ser aplicadas as penalidades previstas no item 4 – Penalidades da Ordem de Fornecimento - OF.

3. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

3.1 INSPEÇÃO EM FÁBRICA

- 3.1.1 A CPTM poderá inspecionar, em qualquer tempo, toda a fabricação e materiais utilizados, tanto nas dependências da CONTRATADA quanto na de seus fornecedores, para comprovação do atendimento ao estabelecido no Desenho CPTM AF4549-1 e Especificações Técnicas CPTM AX2822-0 e AW1138-1.
- 3.1.2 O fiscal do contrato irá informar se haverá inspeção em fábrica em seu e-mail de apresentação.
- 3.1.3 Caso seja decidido pelo acompanhamento, os ensaios serão acompanhados por até 2 (dois) inspetores da CPTM.
- 3.1.4 A data prevista para acompanhamento dos ensaios deverá ser informada com antecedência de acordo com o local da fábrica:
- 3.1.5 Fora do Brasil: pelo menos 45 (trinta) dias corridos;
- 3.1.6 Fora da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP): pelo menos 15 (quinze) dias corridos.
- 3.1.7 Dentro da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP): pelo menos 5 (cinco) dias corridos;
- 3.1.8 Estes prazos estão contabilizados no cronograma e não devem exceder a data de entrega do material.
- 3.1.9 As despesas com deslocamento/estadia/alimentação dos inspetores da CPTM ocorrerão por conta da CONTRATADA, caso haja acompanhamento da inspeção em fábrica localizada fora do Brasil ou fora da Região

Metropolitana de São Paulo (RMSP)

- 3.1.10 A CPTM poderá solicitar que a CONTRATADA, às suas expensas, execute testes ou ensaios não previstos, no caso de haver obscuridades ou ausência de informações nos laudos ou documentos congêneres, que não comprovem a compatibilidade do objeto com as especificações constantes nesta contratação.

4. ENTREGA DOS MATERIAIS:

- 4.1 Os materiais deverão ser entregues juntamente com os certificados e relatórios ensaios e testes realizados, comprovando atendimento ao estabelecido no Desenho CPTM AF4549-1 e Especificações Técnicas CPTM AX2822-0 e AW1138-1.
- 4.2 Os materiais deverão ser fornecidos em grupos, bem embalados, de fácil identificação, com volumes e pesos que permitam o manuseio e transporte em condições normais.
- 4.3 Os custos e a responsabilidade pelo carregamento, transporte, proteção, seguro e descarregamento do material até o local de entrega determinado pela CPTM correrão por conta da CONTRATADA inclusive no tocante ao uso de maquinário e pessoal para a carga e descarga dos caminhões/carretas no local de entrega.

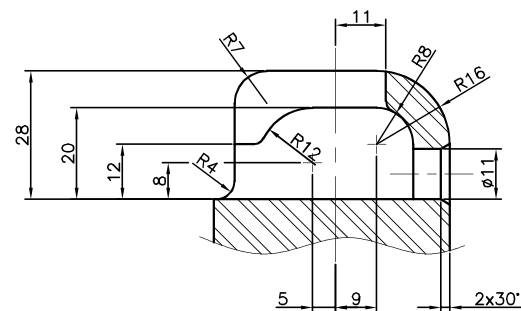
A liberação ou aprovação não exige o detalhista de

Este documento é propriedade da CPTM e seu conteúdo não pode ser divulgado a terceiros sem autorização expressa da CPTM.

C

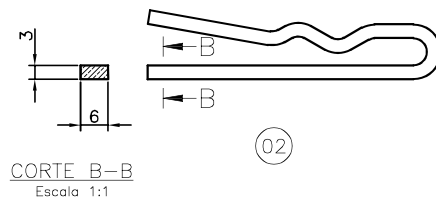
DE-E-XX-99-99-0302/8-A99-999

QUANT.	ÍTEM	DESCRIÇÃO	MATERIAL
1	01	CAVILHA PARA ENCABEÇAMENTO DE CABO MENSAGEIRO	VER NOTA Nº01
1	02	CUPILHA	LATÃO OU Cú DURO



CORTE A-A
Escala 1:1

- 1-MATERIAL (ITEM 01): AÇO FORJADO SAE 1040, CONFORME DOCUMENTO CPTM ET AX2822-0;
- 2-A FABRICAÇÃO, TESTES E ENTREGA DAS PEÇAS METÁLICAS DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA CPTM ET AX2822-0;
- 3-O ITEM 1 DEVERÁ SER GALVANIZADO À QUENTE CONFORME DOCUMENTO CPTM ET AW1138-1;
- 4-A PEÇA DEVERÁ SUPORTAR UMA TRAÇÃO DE RUPTURA MÍNIMA DE 8.000 kgf;
- 5-NA REGIÃO MARCADA, DEVERÁ SER IDENTIFICADA A PEÇA (CÓD. AF4549-1) EM RELEVO OU PUNÇÃO COM ALTURA DE LETRA DE 4mm, ALÉM DO NOME DO FABRICANTE E DA DATA DE FABRICAÇÃO DA PEÇA (MÊS/ANO) E DA CARGA MÁXIMA ADMISSÍVEL DE 8tf.




REV. A: ACRESCENTADO NOTA 7
REV. B: ALTERADO NOTAS, MATERIAL DO ITEM 01
E INCLUÍDO DESENHOS CANCELADOS
REV. C: ALTERADO NOTAS

ESTE DESENHO CANCELA
E SUBSTITUI OS DESENHOS
CPTM AB1297-8, AB1292-7,
AB1196-3, DE-3 800,
AB1423-7, AH2804-9,
AH2769-7 E AH2805-7.

[illegible]

SUPERVISORA	PROJETISTA		TÍTULO											
			CAVILHA PARA CABO MENSAGEIRO DE 300 E 500 MCM											
			TIPO	DE	SISTEMA	E	LINHA	XX	KM					
NºCONTRATO	NºCONTRATO	ÁREA	DOT/EE		TRECHO	99	SUB TRECHO	99	SUB SISTEMA/CONJUNTO		03 02			
VERIFICAÇÃO/DATA	VERIFICAÇÃO/DATA	VERIFICAÇÃO/DATA	ERICK C. 13/11/13		ETAPA	8	CLASSE/SUBCLASSE	A99	SECUENCIAL	999	NºCONTROLE	AF4549-1		
APROVAÇÃO/DATA	APROVAÇÃO/DATA	APROVAÇÃO/DATA	MAURO K. 14/11/13		IDENTIFICAÇÃO	DE-E-XX-99-99-0302/8-A99-999			ESCALA	1:1	REVISÃO	C	FOLHA	1/1

Para preencher/editar esta legenda utilize o comando DDATE

TÍTULO					
ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA PARA PEÇAS EM AÇO FORJADO					
TIPO ET	SISTEMA E	LINHA ZZ	KM		
TRECHO 99	SUBTRECHO 99	SUBSISTEMA/CONJUNTO 03 22		ÁREA DOTI/EE	Nº CONTRATO
ETAPA 2	CLASSE/SUBCLASSE P99	SEQUENCIAL 005	Nº CONTROLE AX 2822-0	VERIFICAÇÃO/DATA ERICK C. 11/07/13	VERIFICAÇÃO/DATA
IDENTIFICAÇÃO ET-E-ZZ-99-99-0322/2-P99-005			REVISÃO A	APROVAÇÃO/DATA MAURO K. 12/07/13	APROVAÇÃO/DATA
Nº CONTRATO	VERIFICAÇÃO/DATA	APROVAÇÃO/DATA		SUPERVISORA	

DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

1. RA I – Especificação técnica de peças forjadas
- 2.
- 3.
- 4.
- 5.
- 6.

DOCUMENTOS RESULTANTES

- 1.
- 2.
- 3.
- 4.
- 5.
- 6.

OBSERVAÇÕES

Elaboração: Engº ERICK SANTIAGO CARDOSO
 Responsável Técnico: Engº ERICK SANTIAGO CARDOSO
 Aprovação: Engº MAURO ISSAMU KAMITANI

D.					
C.					
B.					
A.		Revisão Ortográfica Geral	Eng.º Erick Santiago Cardoso	Eng.º Mauro Issamu Kamitani	12/12/13
REV.	ÍTEM	MOTIVO	RESP. TÉCNICO	APROVAÇÃO	DATA

 CPTM	ÁREA DOTI/EE	Nº CONTROLE AX 2822-0	REVISÃO Ø	VERIFICAÇÃO/DATA ERICK C. 11/07/13	APROVAÇÃO/DATA MAURO K. 12/07/13
PROJETISTA				VERIFICAÇÃO/DATA	APROVAÇÃO/DATA
SUPERVISORA				VERIFICAÇÃO/DATA	APROVAÇÃO/DATA

1. FINALIDADE

A presente Especificação Técnica se destina à aquisição de todos os equipamentos, dispositivos e peças utilizadas na rede aérea de tração elétrica em 3kV corrente contínua, que pela aplicação peculiar a que se destinam estão submetidas a solicitações estáticas e dinâmicas de tal forma que as características mecânicas de resistência exigem, paralelamente à natureza da matéria prima empregada, a conformação da ferragem por forjamento, assim como fixar a terminologia, a classificação e a designação aplicada à esses produtos, suas características técnicas e eventuais condições de recepção.

2. DEFINIÇÕES

2.1. FORJAMENTO

Entende-se por FORJAMENTO o processo de trabalhar o metal e mudar sua forma golpeando-o (em geral à quente) com um martelo ou outro instrumento análogo. Pode compreender também à operação de prensagem que consiste em um esmagamento contínuo do metal submetido à ação de altas pressões.

2.2. LOTE

É um grupo de peças do mesmo tipo, do mesmo diâmetro, do mesmo material, fabricadas nas mesmas condições e ofertadas de uma só vez.


3. CARACTERÍSTICAS BÁSICAS

3.1. QUÍMICAS

Carbono	0,37 – 0,44%
Manganês	0,60 – 0,90%
Fósforo (máx.)	0,040%
Enxofre (máx.)	0,050%


3.2. MECÂNICAS

Resistência mínima à tração (N/mm ²)	520
Limite mínimo de escoamento convencional 0,20 (N/mm ²)	290
Alongamento mínimo percentual (após ruptura) (%)	18
Dureza Brinell (HB)	149

 CPTM	ÁREA DOTI/EE	Nº CONTROLE AX 2822-0	REVISÃO Ø	VERIFICAÇÃO/DATA ERICK C. 11/07/13	APROVAÇÃO/DATA MAURO K. 12/07/13
PROJETISTA				VERIFICAÇÃO/DATA	APROVAÇÃO/DATA
SUPERVISORA				VERIFICAÇÃO/DATA	APROVAÇÃO/DATA

4. OBSERVAÇÕES

- a) Adota-se nesta Especificação, para a fabricação das peças, a aplicação do aço SAE 1040 ou outro superior, desde que previamente autorizado pela CPTM, a fim de que não apresentem deformações apreciáveis sob a ação de cargas e atinjam valores de tração e alongamento mínimos especificados para a ruptura;
- b) As peças deverão ser galvanizadas obedecendo às prescrições do documento CPTM AW1138-1 – “Galvanização a fogo ou galvanização a quente”;
- c) A superfície das peças acabadas deverá ser livre de rebarbas, falhas, fissuras, inclusões e demais imperfeições;
- d) As peças forjadas acabadas não devem apresentar endurecimentos locais ou inclusões metálicas que possam afetar a resistência mecânica;
- e) As peças com rosca deverão ser rosqueadas antes da galvanização e o excesso de zinco deverá ser removido;
- f) Não serão aceitas peças com cantos vivos ou mesmo que apresentem variações bruscas nos raios de curvatura;
- g) Todo o ferramental, bem como a sua conservação, referente ao forjamento e o controle das peças, será confeccionada pela PROPONENTE, a qual tem responsabilidade pela forma final das peças produzidas;
- h) Em nenhum caso será permitida a recuperação ou complementação das peças com defeito, através de solda quer na fase inicial do processo quer nas demais etapas de fabricação;
- i) A recuperação da matriz somente poderá ser feita com autorização por escrito da CPTM;
- j) Para casos não especificados, a PROPONENTE poderá fazer reparos, contanto que não comprometa a solidez da peça e a CPTM seja informada;
- k) As peças deverão conter identificação do fabricante em baixo relevo, bem como o código de referência da CPTM quando discriminado no desenho da peça;
- l) A CPTM considera que esta Especificação e os desenhos de cada peça permitem a perfeita apropriação do custo de fabricação, desobrigando-se de fornecer amostras por ocasião da licitação;

 CPTM	ÁREA DOTI/EE	Nº CONTROLE AX 2822-0	REVISÃO Ø	VERIFICAÇÃO/DATA ERICK C. 11/07/13	APROVAÇÃO/DATA MAURO K. 12/07/13
PROJETISTA				VERIFICAÇÃO/DATA	APROVAÇÃO/DATA
SUPERVISORA				VERIFICAÇÃO/DATA	APROVAÇÃO/DATA

- m) A CPTM reserva-se o direito de não aceitar peças que apenas se assemelhem na forma e na utilização do solicitado; porém, admite propostas alternativas, que serão examinadas pela área técnica, que para tanto, deverá contar com documentação detalhada do fornecimento proposto, inclusive com apresentação de amostras;
- n) A PROPONENTE deverá apresentar no início da fabricação protótipos que permitirão à CPTM julgar da qualidade e da forma das peças; a aprovação do protótipo como padrão para recebimento não exime, entretanto, a PROPONENTE das garantias;
- o) Adota-se uma tolerância dimensional, quando não especificada no próprio desenho da peça, no caso geral de 0,8mm e para pinos e furos de 0,5mm;
- p) O produto acabado não deverá apresentar falhas decorrentes da fabricação, limpeza ou galvanização.

5. NORMAS ADOTADAS E GARANTIAS

- a) As peças deverão ser fabricadas de acordo com as exigências desta Especificação. O projeto, os desenhos, a fabricação e os ensaios deverão obedecer às disposições das Normas específicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, quando não excepcionadas pela presente;
- b) A presente Especificação não coincide necessariamente com as Normas aplicáveis para ferragens eletrotécnicas convencionais, face o grau de segurança e qualidade exigidas pela finalidade de aplicação;
- c) Nenhuma alteração poderá ser feita pela PROPONENTE nos termos desta Especificação sem aprovação por escrito da CPTM. No caso de detalhes não mencionados, a inclusão das mesmas deverá satisfazer ao que de melhor existir em trabalhos do gênero;
- d) A PROPONENTE deverá garantir que serão prontamente reparadas e substituídas, sem ônus para a CPTM, todas as peças (ou lotes) que causarem defeitos ou quaisquer anormalidades no funcionamento, durante os primeiros 5 (cinco) anos de operação normal;
- e) Para a aplicação da presente Especificação, poderá ser necessário valer-se das seguintes normas da ABNT:
- NBR 6915 – AÇOS PARA FORJAMENTO EM MATRIZ;
 - NBR 6892 – MATERIAIS METÁLICOS: ENSAIO DE TRAÇÃO À TEMPERATURA AMBIENTE.
 - NBR 5426 – PLANO DE AMOSTRAGEM E PROCEDIMENTOS NA INSPEÇÃO POR ATRIBUTOS;

	ÁREA DOTI/EE	Nº CONTROLE AX 2822-0	REVISÃO Ø	VERIFICAÇÃO/DATA ERICK C. 11/07/13	APROVAÇÃO/DATA MAURO K. 12/07/13
PROJETISTA				VERIFICAÇÃO/DATA	APROVAÇÃO/DATA
SUPERVISORA				VERIFICAÇÃO/DATA	APROVAÇÃO/DATA

- NBR 1502 – ROSCA MÉTRICA ISO PARA USO GERAL: CALIBRADORES E CALIBRAÇÃO;
- NBR 6506 – MATERIAIS METÁLICOS: ENSAIO DE DUREZA BRINELL;
- NBR NM 87 – AÇO CARBONO E LIGADOS PARA CONSTRUÇÃO MECÂNICA: DESIGNAÇÃO E COMPOSIÇÃO QUÍMICA.

6. AMOSTRAGEM

Considera-se lote de peças forjadas o conjunto de peças que apresentam o mesmo tipo, classe, forma, composição, tamanho e que pertençam ao mesmo grupo de tratamento térmico. Portanto, não pertencem a um mesmo lote as peças de fornadas diferentes ou de outra sequência de tratamento térmico, não podendo assim serem misturadas.

Pode-se considerar ainda como lote de peças forjadas o conjunto de peças fabricadas durante uma jornada de trabalho que passam por um tratamento térmico contínuo e são da mesma fornada, desde que não percam a identificação durante o manuseio e transporte.


6.1. AMOSTRAS

A PROPONENTE deverá fornecer à CPTM um relatório de Procedimento de Controle de Qualidade para cada peça incluindo, no mínimo, todos os ensaios, verificações e análises indicadas nesta Especificação. Deverá ainda definir os planos de amostragem, isto é, o Nível de Qualidade Aceitável e o Nível de Inspeção, conforme a Norma da ABNT NBR 5426 – PLANOS DE AMOSTRAGEM E PROCEDIMENTOS NA INSPEÇÃO POR ATRIBUTOS.

A CPTM reserva-se o direito de aprovar ou requerer modificações em relação aos procedimentos de amostragem propostos.

7. CERTIFICAÇÃO

No caso de um produto já existente e fornecido de estoque, a PROPONENTE poderá, a pedido da CPTM, certificar que este está de acordo com a presente Especificação, mediante o seguinte procedimento: a PROPONENTE deverá efetuar diariamente pelo menos dois ensaios de tração e uma análise metalográfica em corridas diferentes. Os resultados deverão ser anotados sistematicamente, podendo ser examinados pela CPTM mediante solicitação por escrito.

	ÁREA DOTI/EE	Nº CONTROLE AX 2822-0	REVISÃO Ø	VERIFICAÇÃO/DATA ERICK C. 11/07/13	APROVAÇÃO/DATA MAURO K. 12/07/13
PROJETISTA				VERIFICAÇÃO/DATA	APROVAÇÃO/DATA
SUPERVISORA				VERIFICAÇÃO/DATA	APROVAÇÃO/DATA

8. TESTES E ENSAIOS

- As peças serão sempre submetidas a testes e ensaios para recebimento e se, da inspeção visual ou das provas mecânicas, químicas ou metalográficas resultar a condenação das peças ou lotes, a PROPONENTE providenciará a reposição sem ônus à CPTM;
- A PROPONENTE deverá, na ocasião oportuna, solicitar à CPTM a indicação de um inspetor para o acompanhamento dos ensaios de aceitação, que devem ser executados em observância ao lote;
- O inspetor da CPTM poderá exigir a realização, nas dependências e à custa da PROPONENTE, de ensaios metalográficos, químicos, mecânicos e de galvanização; caso o fabricante disponha de certificados de ensaios, a PROPONENTE poderá submetê-los junto com a proposta, ou mesmo durante a fase de inspeções, reservando-se o direito do prescrito no item anterior, quando julgar conveniente tal procedimento.

8.1. CORPOS DE PROVA

As peças de aço forjado deverão ser ensaiadas da mesma forma e/ou configuração com que serão utilizadas normalmente.

8.2. CONTROLE VISUAL

O controle visual deve ser efetuado, no mínimo, em 10% da quantidade de peças correspondentes ao lote, sendo este rejeitável desde que 20% das amostras apresentem imperfeições.

Ao controle visual corresponde:

- Exame de superfície lisa e uniforme;
- Arredondamento de cantos vivos;
- Montagem e mobilidade de conjunto.

8.3. CONTROLE DIMENSIONAL

O controle dimensional é feito com um número representativo de peças de cada lote, livremente escolhido a critério do inspetor da CPTM, de forma a caracterizar a regularidade dos valores obtidos e, conseqüentemente, a uniformidade dos processos de fabricação empregados.

	ÁREA DOTI/EE	Nº CONTROLE AX 2822-0	REVISÃO Ø	VERIFICAÇÃO/DATA ERICK C. 11/07/13	APROVAÇÃO/DATA MAURO K. 12/07/13
PROJETISTA				VERIFICAÇÃO/DATA	APROVAÇÃO/DATA
SUPERVISORA				VERIFICAÇÃO/DATA	APROVAÇÃO/DATA

8.4. ENSAIO DE TRAÇÃO

Os ensaios de tração serão executados conforme a Norma da ABNT NBR 6892 – MATERIAIS METÁLICOS: ENSAIO DE TRAÇÃO À TEMPERATURA AMBIENTE. As cargas de ensaio deverão ser aplicadas em condições semelhantes e na mesma direção que as cargas de trabalho.

A PROPONENTE deverá enviar à CPTM e manter em seus arquivos os relatórios dos ensaios de tração de cada lote de produção.

8.5. ENSAIO DE DUREZA

A verificação da dureza Brinell será feita conforme a Norma da ABNT NBR 6506 – MATERIAIS METÁLICOS: ENSAIO DE DUREZA BRINELL.

8.6. ANÁLISE METALOGRÁFICA

Entende-se por análise metalográfica como o conjunto de observações sobre a textura da peça, isto é, as análises micrográficas e macrográficas. Estas análises deverão ser efetuadas através de processos compatíveis com as Normas internacionais, podendo ser aceitos certificados comprobatórios emitidos por institutos de pesquisas credenciados no ramo, devendo sempre serem citados:

- O processo utilizado;
- Os reagentes empregados;
- Os resultados obtidos e comparados com as Normas utilizadas pela PROPONENTE.

8.7. ANÁLISE QUÍMICA

A análise química pode ser feita por qualquer processo compatível com as Normas internacionais empregadas pela PROPONENTE.

8.8. USINABILIDADE

Toda a usinabilidade das peças forjadas, aqui especificadas, ficam em conformidade com as Normas de controle de qualidade e as Normas da PROPONENTE, a qual deverá entregar as peças acabadas.

9. REPETIÇÃO DE ENSAIOS

9.1. ENSAIOS MECÂNICOS

Se qualquer corpo de prova apresentar defeito de forjamento ou usinagem, deverá ser substituído por outro retirado do mesmo lote.

 CPTM	ÁREA DOTI/EE	Nº CONTROLE AX 2822-0	REVISÃO Ø	VERIFICAÇÃO/DATA ERICK C. 11/07/13	APROVAÇÃO/DATA MAURO K. 12/07/13
PROJETISTA				VERIFICAÇÃO/DATA	APROVAÇÃO/DATA
SUPERVISORA				VERIFICAÇÃO/DATA	APROVAÇÃO/DATA

Se o alongamento obtido em qualquer ensaio de tração for menor que o especificado e se qualquer parte da fratura estiver fora dos dois terços médios da base de medição, será obrigatório outro ensaio.


Se um dos ensaios de tração falhar em relação aos limites especificados, o ensaio deverá ser repetido nos corpos de prova obtidos das outras duas amostras retiradas do mesmo lote. Os resultados de ambos os ensaios deverão estar de acordo com os requisitos desta Especificação.

9.2. ANÁLISE QUÍMICA

Se a análise química falhar em relação aos limites especificados, deverá ser preparada uma nova amostra retirada das outras duas amostras. O resultado da análise da nova amostra deverá estar de acordo com os requisitos desta Especificação.

10. RECEBIMENTO

- a) O transporte das peças acabadas até o local de entrega será de inteira responsabilidade do fornecedor, o qual deverá providenciar uma embalagem adequada par ao transporte previsto;
- b) As peças deverá ser fornecidas em grupos, bem embaladas, de fácil identificação, com volumes e pesos que permitam o manuseio e transporte em condições normais;
- c) Em cada caixa deverá ser discriminado externamente com tinta resistente ao tempo as seguintes indicações:
 - Contratante;
 - Endereço para entrega;
 - Material – denominação e tipo;
 - Quantidade;
 - Peso bruto, líquido e tara em kgf;
 - Dimensões do volume em cm;
 - Número do volume.

TÍTULO GALVANIZAÇÃO À FOGO OU GALVANIZAÇÃO A QUENTE					
TIPO ET	SISTEMA E	LINHA ZZ	KM		
TRECHO 99	SUBTRECHO 99	SUBSISTEMA/CONJUNTO 03 22		ÁREA DOTI/EE	Nº CONTRATO
ETAPA 2	CLASSE/SUBCLASSE P99	SEQUENCIAL 004	Nº CONTROLE AW 1138-1	VERIFICAÇÃO/DATA ERICK C. 05/12/12	VERIFICAÇÃO/DATA
IDENTIFICAÇÃO ET-E-ZZ-99-99-0322/2-P99-004			REVISÃO Ø	APROVAÇÃO/DATA MAURO K. 05/12/12	APROVAÇÃO/DATA
Nº CONTRATO	VERIFICAÇÃO/DATA	APROVAÇÃO/DATA		SUPERVISORA	

DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

1. RA VI – Especificação técnica – galvanização a fogo
- 2.
- 3.
- 4.
- 5.
- 6.


DOCUMENTOS RESULTANTES

- 1.
- 2.
- 3.
- 4.
- 5.
- 6.

OBSERVAÇÕES

Elaboração: Engº ERICK SANTIAGO CARDOSO
 Responsável Técnico: Engº ERICK SANTIAGO CARDOSO
 Aprovação: Engº MAURO ISSAMU KAMITANI

D.					
C.					
B.					
A.					
REV.	ÍTEM	MOTIVO	RESP. TÉCNICO	APROVAÇÃO	DATA

 CPTM	ÁREA DOTI/EE	Nº CONTROLE AW 1138-1	REVISÃO Ø	VERIFICAÇÃO/DATA ERICK C. 05/12/12	APROVAÇÃO/DATA MAURO K. 05/12/12
PROJETISTA				VERIFICAÇÃO/DATA	APROVAÇÃO/DATA
SUPERVISORA				VERIFICAÇÃO/DATA	APROVAÇÃO/DATA

1. FINALIDADE

A presente Especificação Técnica se destina à aquisição de todos os equipamentos, dispositivos e peças utilizadas em linhas de tração elétrica de 3kV corrente contínua, que pela aplicação peculiar que se destinam, estarão submetidas a influência corrosiva do ambiente e do próprio sistema e, portanto, deverão ter uma proteção conveniente através da “Galvanização À Quente”, assim como fixar a terminologia, a classificação e a designação aplicada à esses produtos, suas características técnicas e eventuais condições de recepção.

2. DEFINIÇÕES

2.1. GALVANIZAÇÃO A QUENTE

Revestimentos ditos “galvanizados a fogo” ou “galvanizados a quente” são obtidos por imersão em zinco à temperatura de fusão através dos métodos normais existentes.

Ela define as propriedades características deste revestimento através de métodos de ensaio que permitam controlar o que se refere à:

- aspecto;
- aderência;
- massa de zinco depositada por unidade de superfície (ensaio por dissolução química);
- continuidade do revestimento (ensaio por imersão no sulfato de cobre).


2.2. LOTE

Um lote é constituído por produtos de uma mesma designação e de uma mesma dimensão.

3. OBSERVAÇÕES

A presente Especificação técnica substitui a noção única de ensaios de imersão em uma solução de sulfato de cobre pela noção de especificação por três características:

- a) característica fundamental da massa de zinco depositada por unidade de área;
- b) característica da uniformidade do revestimento por ensaio de imersão em uma solução de sulfato de cobre, correspondente à adição de 314g do sal ($\text{SO}_4\text{C}_4\text{ 5H}_2\text{O}$) em 1 litro de água destilada;
- c) característica de aderência, essencialmente, em função da natureza própria dos produtos galvanizados.

 CPTM	ÁREA DOTI/EE	Nº CONTROLE AW 1138-1	REVISÃO Ø	VERIFICAÇÃO/DATA ERICK C. 05/12/12	APROVAÇÃO/DATA MAURO K. 05/12/12
PROJETISTA				VERIFICAÇÃO/DATA	APROVAÇÃO/DATA
SUPERVISORA				VERIFICAÇÃO/DATA	APROVAÇÃO/DATA

4. DEFINIÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E SIMBOLOGIA DOS REVESTIMENTOS

- A definição, classificação e simbologia dos revestimentos de “galvanização a fogo” ou “galvanização a quente” se efetuam a partir da massa de zinco depositada por unidade de área.
- Será utilizada como unidade a “grama por decímetro quadrado” (g/dm^2) ou a “grama por metro quadrado” (g/m^2);
- Considera-se que 1 g/dm^2 de zinco corresponde aproximadamente à espessura de camada de 14 (catorze) microns;
- Para certos produtos galvanizados, o revestimento é definido pela massa de zinco avaliada em gramas por metro quadrado, sendo que as duas faces são consideradas e, portanto, obrigatoriamente deverá ser utilizada a terminologia “ g/m^2 – duas faces”;
- A presente especificação refere-se à “galvanização a quente” de 5 g/dm^2 .

5. FABRICAÇÃO

5.1. METAL DE BASE

As especificações referentes ao metal de base (ferro fundido, aço) podem eventualmente figurar nas normas particulares destes produtos galvanizados.


5.2. LIMPEZA E PROTEÇÃO

- Todas as peças deverão ser convenientemente protegidas contra a corrosão. A tal efeito, o processo de fabricação deverá prever a limpeza das peças com jato de areia, granelha ou lima, até atingir-se o metal branco. Nas superfícies onde não for possível a limpeza por jateamento, deverão ser cuidadosamente limpas com escova de aço ou lixadeiras rotativas. Em particular, deverão ser removidas, por meio de esmeril, todas as sobras e escórias de solda;
- Logo após a limpeza, as peças deverão sofrer uma decapagem com ácido, sendo, posteriormente, galvanizadas à quente;
- O material empregado na galvanização (zinco) deverá observar as prescrições da Norma da ABNT NBR 6323 – GALVANIZAÇÃO DE PRODUTOS DE AÇO OU FERRO FUNDIDO: ESPECIFICAÇÃO.

6. ESPECIFICAÇÃO

6.1. ASPECTO

A especificação particular do produto galvanizado pode comportar especificações complementares.

 CPTM	ÁREA DOTI/EE	Nº CONTROLE AW 1138-1	REVISÃO Ø	VERIFICAÇÃO/DATA ERICK C. 05/12/12	APROVAÇÃO/DATA MAURO K. 05/12/12
PROJETISTA				VERIFICAÇÃO/DATA	APROVAÇÃO/DATA
SUPERVISORA				VERIFICAÇÃO/DATA	APROVAÇÃO/DATA

6.2. ADERÊNCIA

Após os ensaios de dobramento, o revestimento não deverá apresentar escamas visíveis a olho nu, segundo as modalidades de observação eventualmente determinadas nas especificações particulares dos produtos galvanizados, que poderão comportar igualmente ensaios complementares.

6.3. MASSA DE ZINCO POR UNIDADE DE ÁREA


O controle será efetuado com o auxílio de uma solução de ácido de antimônio.

6.4. UNIFORMIDADE DO REVESTIMENTO

O controle será feito com o auxílio de uma solução de sulfato de cobre puro cristalizado, através de seis imersões de 1 minuto cada uma.

7. NORMAS ADOTADAS E GARANTIAS

- a) As peças deverão ser fabricadas de acordo com as exigências desta Especificação. O projeto, os desenhos, a fabricação e os ensaios deverão obedecer às disposições das Normas específicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, quando não excepcionadas pela presente;
- b) A presente Especificação não coincide necessariamente com as Normas aplicáveis para ferragens eletrotécnicas convencionais, face ao grau de segurança e qualidade exigidos pela finalidade de aplicação;
- c) A PROPONENTE deverá garantir que serão prontamente reparadas e substituídas, sem ônus para a CPTM, de todas as peças (ou lotes) que causarem defeitos ou quaisquer anormalidades no funcionamento, durante os primeiros 5 (cinco) anos de operação normal;
- d) Para a aplicação da presente Especificação poderá ser necessário valer-se das seguintes Normas da ABNT:
 - NBR 6323 – GALVANIZAÇÃO DE PRODUTOS DE AÇO O UFERRO FUNDIDO: ESPECIFICAÇÃO;
 - NBR 7397 – PRODUTO DE AÇO OU FERRO FUNDIDO REVESTIDO DE ZINCO POR IMERSÃO À QUENTE – DETERMINAÇÃO DA MASSA DO REVESTIMENTO POR UNIDADE DE ÁREA – MÉTODO DE ENSAIO;
 - NBR 7398 – PRODUTO DE AÇO OU FERRO FUNDIDO GALVANIZADO POR IMERSÃO À QUENTE – VERIFICAÇÃO DA ADERÊNCIA DO REVESTIMENTO – MÉTODO DE ENSAIO;

	ÁREA DOTI/EE	Nº CONTROLE AW 1138-1	REVISÃO Ø	VERIFICAÇÃO/DATA ERICK C. 05/12/12	APROVAÇÃO/DATA MAURO K. 05/12/12
PROJETISTA				VERIFICAÇÃO/DATA	APROVAÇÃO/DATA
SUPERVISORA				VERIFICAÇÃO/DATA	APROVAÇÃO/DATA

• NBR 7400 – GALVANIZAÇÃO DE PRODUTOS DE AÇO OU FERRO FUNDIDO POR IMERSÃO À QUENTE – VERIFICAÇÃO DA UNIFORMIDADE DO REVESTIMENTO – MÉTODO DE ENSAIO.

8. MÉTODOS DE ENSAIOS

8.1. HOMOGENEIDADE DO LOTE

A homogeneidade do revestimento do lote no que se refere ao material e processamento utilizado será comprovada através da leitura de medidas de espessura da camada, efetuadas aleatoriamente sobre a superfície das peças ensaiadas, em quantidade e frequência arbitradas pelo inspetor da CPTM, de forma a caracterizar a regularidade dos valores obtidos e, consequentemente a uniformidade dos processos de fabricação empregados.

8.2. ASPECTO

O aspecto das superfícies galvanizadas deverá ser homogêneo e não deverá apresentar descontinuidade de camada de zinco.


8.3. ADERÊNCIA

A aderência do revestimento de zinco é controlada por ensaio de dobramento, martel obasculante e por enrolamento, em função da natureza e forma dos produtos galvanizados, e conforme prescrito na Norma da ABNT NBR 7398 – PRODUTO DE AÇO OU FERRO FUNDIDO GALVANIZADO POR IMERSÃO À QUENTE – VERIFICAÇÃO DA ADERÊNCIA DO REVESTIMENTO – MÉTODO DE ENSAIO.

8.4. PESO DA CAMADA

O peso da camada ou da massa de zinco, por unidade de área, deverá ser comprovado, à critério do inspetor da CPTM, através de um ensaio de dissolução química ou pela média de uma série de leitura de espessura de camada.

Quando avaliado o peso da camada em função da média da espessura, esta não deverá ser inferior a 70 (setente) microns.

 CPTM	ÁREA DOTI/EE	Nº CONTROLE AW 1138-1	REVISÃO Ø	VERIFICAÇÃO/DATA ERICK C. 05/12/12	APROVAÇÃO/DATA MAURO K. 05/12/12
PROJETISTA				VERIFICAÇÃO/DATA	APROVAÇÃO/DATA
SUPERVISORA				VERIFICAÇÃO/DATA	APROVAÇÃO/DATA

Quando empregado o ensaio de dissolução química, deverão ser observados os procedimentos prescritos na Norma da ABNT NBR 7397 – PRODUTO DE AÇO OU FERRO FUNDIDO REVESTIDO DE ZINCO POR IMERSÃO À QUENTE – DETERMINAÇÃO DA MASSA DO REVESTIMENTO POR UNIDADE DE ÁREA – MÉTODO DE ENSAIO, que consiste basicamente na determinação da massa de zinco depositada sobre um corpo de prova de superfície previamente conhecida. Este corpo de prova será submetido a uma decapagem através da dissolução do zinco em uma solução de cloreto de antimônio. A diferença de massa do corpo de prova antes e depois da decapagem determina a massa de zinco que poderá ser avaliada por unidade de área.

8.5. UNIFORMIDADE

A uniformidade do revestimento será controlada através do ensaio de Preece, conforme prescrito na Norma da ABNT NBR 7400 – GALVANIZAÇÃO DE PRODUTOS DE AÇO OU FERRO FUNDIDO POR IMERSÃO À QUENTE – VERIFICAÇÃO DA UNIFORMIDADE DO REVESTIMENTO – MÉTODO DE ENSAIO.


9. TESTES E ENSAIOS

- As peças serão sempre submetidas a testes e ensaios para recebimento e de, da inspeção visual ou das provas mecânicas ou químicas resultar a condenação das peças ou lotes, o fornecedor providenciará a reposição sem ônus à CPTM;
- A PROPONENTE deverá, na ocasião oportuna, solicitar À CPTM a indicação de um inspetor para o acompanhamento dos ensaios de aceitação, que devem ser executados em observância ao lote;
- O inspetor da CPTM poderá exigir a realização, nas dependências e às custas da PROPONENTE, de ensaios mecânicos e químicos; caso o fabricante disponha de certificados de ensaios, a PROPONENTE poderá submetê-los junto com a proposta, ou mesmo durante a fase de inspeções, reservando-se o direito do prescrito no item anterior, quando julgar conveniente tal procedimento;
- A escolha das peças para cada ensaio exigido será efetuada pelo inspetor da CPTM, conforme o quadro abaixo:

 CPTM	ÁREA DOTI/EE	Nº CONTROLE AW 1138-1	REVISÃO Ø	VERIFICAÇÃO/DATA ERICK C. 05/12/12	APROVAÇÃO/DATA MAURO K. 05/12/12
PROJETISTA				VERIFICAÇÃO/DATA	APROVAÇÃO/DATA
SUPERVISORA				VERIFICAÇÃO/DATA	APROVAÇÃO/DATA

<i>Peso do lote "T" em toneladas</i>	<i>Número de peças a serem submetidas por tipo de ensaio</i>
$T \leq 0,5t$	2
$0,5t < T \leq 1t$	3
$1t < T \leq 2t$	4
$2t < T \leq 5t$	5
$T > 5t$	6

ANEXO II
PREGÃO ELETRÔNICO - PE05326
MODELO DE ORDEM DE FORNECIMENTO - OF

	ANEXO II PREGÃO ELETRÔNICO – PE05326 386.00005027/2026-40 - CÓDIGO ÚNICO Nº 20260424952 MODELO DE ORDEM DE FORNECIMENTO		NÚMERO DA ORDEM DE FORNECIMENTO		FOLHA	
			PE05326-____		1/2	

C.N.P.J. (MF) - 71.832.679/0001-23 - INSCRIÇÃO ESTADUAL: 113.898.614-110
DATA BASE: ____/20__

RESERVA DE VERBA: PROGRAMA DE TRABALHO Nº _____ - NATUREZA DA DESPESA Nº _____ - ORIGEM DOS RECURSOS: _____

CONTRATADA: _____ ENDEREÇO: _____ CIDADE: _____ UF: _____ CEP: _____ TELEFONE: (____) _____ C.N.P.J. (MF): _____ EMAIL: _____	Cada nota fiscal deverá referir-se somente a um Contrato. Citar o nº do Contrato na NF e em qualquer outro documento ou correspondência. LOCAL DE ENTREGA: Almoxarifado Presidente Altino - Rua General Manuel Azambuja Brilhante, 55 - Centro - Osasco/SP ou no Almoxarifado Lapa - Av. Raimundo Pereira de Magalhães, 200 - Vila Anastácio - São Paulo/SP CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: VIDE ITEM 5 DAS CONDIÇÕES CONSTANTES NO VERSO. HORÁRIO: DE 2ª À 6ª FEIRA: DAS 08:30 ÀS 11:30 HORAS E DAS 13:30 ÀS 16:30 HORAS ENDEREÇO PARA FATURAMENTO: COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM RUA BOA VISTA Nº 162, 6º ANDAR - CENTRO - SÃO PAULO - CEP 01014-902
---	---

ITEM	SC/ITEM	OBJETO	UNIDADE	QTDE	VALORES R\$		PRAZO DE ENTREGA A PARTIR DA DATA DE EMISSÃO DA OF - ATÉ
					UNITÁRIO	TOTAL	

TOTAL POR EXTENSO (_____)	VALOR TOTAL R\$ _____
----------------------------------	------------------------------

OBSERVAÇÕES:

 1) O prazo de entrega será contado a partir da data de emissão deste instrumento.

 2) Integram este instrumento o Anexo I - Proposta da CONTRATADA, Condições Gerais de Contratação, Desenho CPTM AF4549-1, Especificações Técnicas CPTM AX2822-0 e AW1138-1, Anexo II - Cópia da Declaração de Ciência e Responsabilidade e Anexo III - Termo de Ciência e de Notificação.

NOTA 1: ESTE CONTRATO SERÁ EXECUTADO CONFORME CONDIÇÕES CONSTANTES NO VERSO. NOTA 2: O FORNECIMENTO OBJETO DO PRESENTE, SERÁ GARANTIDO PELO PRAZO DE ____ (____) MESES, CONTADOS DA DATA DE APROVAÇÃO E ACEITAÇÃO DO(S) MESMO(S) PELA CPTM.	<div style="display: flex; justify-content: space-around; margin-top: 50px;"> <div style="text-align: center;"> _____ AUTORIDADE CPTM Cargo E-mail corporativo CPTM E-mail pessoal: N/I CPF/CIN Nº: </div> <div style="text-align: center;"> _____ AUTORIDADE CPTM Cargo E-mail corporativo CPTM E-mail pessoal: N/I CPF/CIN Nº: </div> </div>
--	--

CONDIÇÕES GERAIS DO CONTRATO

1. PREÇOS

1.1. Nos preços estão incluídas todas as despesas necessárias para o cumprimento do objeto da Ordem de Fornecimento, tais como: transporte, frete, encargos legais, tributos (ICMS, IPI, ISS, etc.).

2. ENSAIOS/TESTES

2.1. Os ensaios, testes e/ou demais provas pertinentes quando exigidas por normas oficiais, serão efetuados às expensas da **CONTRATADA**.

3. DOCUMENTOS

3.1. A **CONTRATADA** deve manter durante a vigência da Ordem de Fornecimento, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo que originou o presente instrumento.

4. PENALIDADES

4.1. Salvo ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, devida e formalmente justificadas/comprovadas, ao não cumprimento, por parte da **CONTRATADA**, das obrigações assumidas, ou a infringência de preceitos legais pertinentes, poderão ser aplicadas, segundo a gravidade da falta, garantida prévia defesa, no prazo de 10 (dez) dias úteis, as seguintes penalidades:

- Advertência, aplicada exclusivamente no caso de inexecução parcial do contrato e desde que não cause grave dano à **CPTM**, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse público, bem como quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, sem prejuízo da penalidade de multa;
- Multa de 0,5% (meio por cento) ao dia, calculada sobre o valor da parcela realizada com atraso;
- Multa de 10% (dez por cento), sobre o valor do saldo da Ordem de Fornecimento, na hipótese do não cumprimento de qualquer das obrigações assumidas;
- Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor dos itens não entregues ou em caso de desistência ou rescisão total ou parcial de seu respectivo objeto;
- A totalidade das multas aplicadas a **CONTRATADA** não poderá exceder o limite de 30% do valor do contrato, conforme § 2º do Artigo 247 do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da **CPTM**, vigente a partir de 01 de abril de 2026.
- Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **CPTM**, por prazo não superior a 24 (vinte e quatro) meses, nos termos do Artigo 247, inciso III e Artigo 257 do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da **CPTM**, vigente a partir de 01 de abril de 2026, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

4.2. As penalidades de multa serão, sempre que possível, descontadas dos créditos da **CONTRATADA** ou, se for o caso, cobradas administrativa ou judicialmente.

4.3. O pagamento das multas compensatórias não exime a **CONTRATADA** da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que ultrapassem o valor das penalidades aplicadas, devendo ser adotado o procedimento do artigo 249 do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da **CPTM**, vigente a partir de 01 de abril de 2026.

4.4. Na hipótese de não existir pagamento previsto, efetivamente configurado, a **CONTRATADA** deverá efetuar a quitação da multa em até 48 (quarenta e oito) horas, contados do recebimento do documento de cobrança respectivo, no Departamento de Finanças - DFFA da **CPTM**, sob pena de, em não o fazendo, sujeitar-se aos procedimentos judiciais cabíveis.

4.5. O não pagamento da multa no prazo estipulado importa na incidência de juros moratórios de 6% (seis por cento) ao ano "pro rata tempore", até seu efetivo pagamento, utilizando-se para o cálculo a fórmula a seguir indicada:

$$VJM = VA \times (1,06)^{n/365}, \text{ onde:}$$

VJM = Valor em atraso acrescido de juros moratórios

VA = Valor em atraso

n = Número de dias em atraso

5. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. A **CPTM** efetuará o pagamento no prazo de 30 (trinta) dias após o adimplemento da ordem de encomenda ou da parcela, desde que o material recebido e o documento fiscal tenham sido aprovados pela **CPTM**, mediante depósito em conta corrente da **CONTRATADA** na agência do Banco do Brasil S.A., conforme Decreto Estadual nº 62.867 de 03/10/2017 alterado pelo Decreto Estadual nº 66.000, de 09/09/2021.

5.1.1. Desde que o valor a ser pago não exceda ao correspondente a 100 (cem) UFESP, o pagamento poderá ser efetuado mediante Ordem de Pagamento no balcão desta Instituição, em agência indicada pela **CONTRATADA** ou através de cheque nominativo no Departamento de Finanças - DFFA da **CPTM**.

5.1.2. A efetivação do(s) pagamento(s) oriundo(s) desta Ordem de Fornecimento, fica condicionada à inexistência de registro da **CONTRATADA** no CADIN Estadual, nos termos da Lei nº 12.799, de 11 de janeiro de 2008.

5.2. O documento fiscal não aprovado pela **CPTM** será recusado e devolvido à **CONTRATADA** para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo estabelecido no item 5.1, a partir da data de sua reapresentação.

5.3. A **CONTRATADA**, antes da saída do material para entrega, deverá enviar o arquivo xml da nota fiscal eletrônica - NF-e correspondente, ou equivalente que a legislação substitua, para o e-mail nfecontratosmateriais@cptm.sp.gov.br, sob pena de não recebimento da mercadoria, bem como aplicação das sanções cabíveis, caso em que a **CONTRATADA** arcará com todos os ônus decorrentes da medida.

6. REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

6.1. Para o reajustamento dos preços unitários contratados, deverá ser observada a legislação vigente, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$R = P_0 \times [(A_1 / A_0) - 1], \text{ onde:}$$

R = Parcela de Reajuste;

P0 = Preço na data base de referência do contrato;

A1, A0 = Variação referente ao mês Base (A0) e o mês de aplicação do Reajuste (A1): IPC-FIPE, categoria Geral.

6.2. A periodicidade anual para a aplicação do reajuste será contada a partir do mês da data base dos preços.

6.3. Na hipótese da publicação do índice ocorrer após a aprovação da medição pelo gestor, eventual diferença apurada entre o valor aprovado e o valor efetivamente devido, será objeto de ajuste nos seguintes termos:

- Caso o reajuste seja positivo, a **CONTRATADA**, após autorização do gestor, deverá emitir nota fiscal ou documento de cobrança complementar referente à diferença apurada entre o valor aprovado anteriormente e o efetivamente devido, cujo pagamento deverá ocorrer a 10 (dez) dias corridos da entrega desses documentos à **CPTM** ou na data de vencimento original da medição, o que ocorrer depois.
- Se o reajuste for negativo, a **CPTM** emitirá Nota de Débito a ser compensada na data de vencimento original da medição ou a ser paga à **CPTM** no mesmo prazo definido no inciso anterior, aplicando-se, em caso de atraso, os encargos previstos neste contrato.

6.4. Na hipótese de vir a ser editada legislação conflitante com o quanto disposto nesta cláusula, as partes concordam desde já com a sua adequação aos dispositivos legais pertinentes.

6.5. Na hipótese de ocorrer atraso em relação ao previsto no cronograma contratual, por motivos imputáveis à **CONTRATADA**, o reajuste referente à parcela em atraso será calculado somente até a data em que os serviços deveriam ter sido executados pelo cronograma em questão.

7. TRIBUTOS

7.1. Todos os tributos e demais encargos devidos em decorrência, direta ou indireta, deste instrumento ou de sua execução, serão de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA** que os recolherá, sem direito a reembolso. A **CPTM**, quando ela for a fonte retentora, descontará e recolherá, nos prazos de lei, dos pagamentos que efetuar, a parte que for devida pela **CONTRATADA**, segundo a legislação vigente.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A **CONTRATADA** é obrigada a obedecer às normas e rotinas da **CPTM**, em especial as que disserem respeito à proteção de dados pessoais, à segurança, à guarda, à manutenção e à integridade das informações coletadas, custodiadas, produzidas, recebidas, classificadas, utilizadas, acessadas, reproduzidas, transmitidas, distribuídas, processadas, arquivadas, eliminadas ou avaliadas durante a execução do objeto, observando as normas legais e regulamentares aplicáveis.

8.2. A **CONTRATADA** é obrigada a guardar confidencialidade no uso das informações ou documentos de qualquer natureza de que venha a tomar conhecimento, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização e custódia.

9. OBRIGAÇÕES DA CPTM

9.1. A **CPTM** responsabiliza-se a observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios da **CONTRATADA**, a que tenha acesso durante a execução do objeto desta Ordem de Fornecimento, as normas legais e

regulamentares aplicáveis, em especial, a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes.

10. GARANTIA

10.1. Após aplicação do(s) produto(s), se for(em) constatado(s) defeito(s) de fabricação oriundo(s) do uso indevido de matéria prima, materiais ou componentes, caberá a imediata substituição do(s) mesmo(s) por parte da **CONTRATADA**, correndo às suas expensas todos os custos decorrentes.

10.2. A **CONTRATADA** deverá reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, e responderá por danos causados diretamente a terceiros ou à **CPTM**, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela **CPTM**.

11. DO RECEBIMENTO DO OBJETO DA ORDEM DE FORNECIMENTO

11.1. No recebimento e aceitação do material serão observadas, no que couber, as disposições contidas no artigo 180, do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da **CPTM**, vigente a partir de 01 de abril de 2026.

11.2. O recebimento Provisório será efetuado mediante recibo dado pela **CPTM**, que será apostado no canhoto do documento fiscal.

11.3. O material será submetido a exames de controle de qualidade.

11.3.1. Na hipótese de reprovação, o material será colocado à disposição da **CONTRATADA** para retirada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, mediante comunicação por escrito da **CPTM**, que deverá ocorrer em até 05 (cinco) dias da reprovação.

11.3.2. Somente será aceita a reentrega do material com a retirada do material reprovado.

11.3.3. A não retirada do material reprovado no prazo previsto será entendida como infração grave ao contrato, que poderá ser rescindido, com a aplicação das penalidades contratuais previstas à hipótese.

11.3.4. Vencido o prazo, sem a retirada do material reprovado, entende-se que a **CONTRATADA** abre mão da propriedade do material, podendo a **CPTM** dispô-lo como melhor entender e, em caso de venda do material, o valor arrecadado servirá para pagamento dos custos de armazenamento, processo de venda e abatimento das multas aplicadas, entre outros custos que a Administração tenha sofrido.

11.4. A **CPTM** terá o prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados do adimplemento, para elaboração de Laudo Técnico do material recebido pelo seu Departamento de Engenharia.

11.5. O recebimento será considerado como definitivo 15 (quinze) dias após a aprovação do Laudo Técnico referente à última entrega do contrato. Caso o contrato seja rescindido com entregas pendentes, o recebimento definitivo será considerado como parcial.

11.6. O recebimento não será efetivado quando o produto/material não puder ser conferido por empregado designado pela **CPTM**, ou seja, é vedada a entrega de produto/material na portaria e fora do expediente da **CPTM**.

12. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

12.1. A presente Ordem de Fornecimento vigorará a partir de sua assinatura pelo prazo de 90 (noventa) dias.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Este contrato será regido pelo Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da **CPTM**, vigente a partir de 01 de abril de 2026, pela Lei Federal nº 13.303/16, pelo Código de Conduta de Integridade de Fornecedores, Prestadores de Serviços e Parceiros da **CPTM**, pelo Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, pela Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes, bem como toda a legislação aplicável sobre privacidade e proteção de dados, inclusive, normas setoriais ou gerais sobre o tema, e pela Política de Segurança da Informação da **CPTM**, no âmbito da execução do objeto desta Ordem de Fornecimento, assim como pelas disposições do correspondente instrumento convocatório.

13.2. O presente contrato pode ser rescindido na forma do disposto nos Artigos 182 a 188 do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da **CPTM**, vigente a partir de 01 de abril de 2026.

13.3. O prazo de entrega será contado a partir da data de emissão do presente instrumento.

13.4. Fica eleito o foro da Capital do Estado de São Paulo, no que se refere a qualquer ação ou medidas judiciais cabíveis referentes ao presente Contrato.

ANEXO III
PREGÃO ELETRÔNICO - PE05326
MODELO DE DECLARAÇÃO REFERENTE AO SUBITEM 7.1.10 DO EDITAL

_____, inscrita no CNPJ sob o nº_____._____._____/_____, interessada em participar do processo licitatório PREGÃO ELETRÔNICO - PE05326 da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a)_____, portador(a) do C.P.F nº_____, DECLARA, sob as penas da lei, que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

_____, de _____ de _____
(Nome da cidade)

assinatura do representante legal

(com carimbo da PROPONENTE)

ANEXO IV
PREGÃO ELETRÔNICO - PE05326
MODELO DE DECLARAÇÃO REFERENTE AO SUBITEM 4.7.1 DO EDITAL

_____, inscrita no CNPJ sob o nº_____._____._____/_____, interessada em participar do processo licitatório PREGÃO ELETRÔNICO - PE05326 da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a)_____, portador(a) do C.P.F nº_____, DECLARA que reúne as condições de participação e que não se encontra impedida de licitar e de ser contratada pela CPTM, nos termos do subitem 4.7.1 do Edital e pelos motivos constantes nos artigos 30 e 31 do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da CPTM, vigente a partir de 01 de abril de 2026.

_____, de _____ de
(Nome da cidade)

assinatura do representante legal

(com carimbo da PROPONENTE)

Nota 1: Apresentar o telefone e o e-mail de contato da PROPONENTE

Telefone:

e-mail:

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE

e a Empresa.

fraudes de qualquer natureza.

parceiros comerciais, funcionários terceirizados e representantes.

(Nome da cidade)

(com carimbo da PROPONENTE)

ANEXO VI
PREGÃO ELETRÔNICO - PE05326
MODELO DE DECLARAÇÃO DE PARTE RELACIONADA

Prezados Senhores,

Eu, [NOME COMPLETO], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], CPF nº [], [FUNÇÃO OU CARGO], na condição de representante da empresa [RAZÃO SOCIAL], inscrita no CNPJ nº _____, em atendimento à Política de **Transações com Partes Relacionadas** da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, disponível através do endereço eletrônico <https://www.cptm.sp.gov.br/cptm/esg-consciente/praticas-de-governanca/legislacao-estatuto-social-e-politicas>, **DECLARO**, sob as penas cabíveis, que, seja em nossa empresa ou em outra empresa na qual tenhamos sociedade ou que pertença ao nosso grupo empresarial, na posição de administrador (diretor ou conselheiro) ou sócio:

() **NOS ENQUADRAMOS** como **Parte Relacionada da CPTM**.

() **NÃO NOS ENQUADRAMOS** como **Parte Relacionada da CPTM**.

Qualquer modificação na informação acima, durante o período de execução do contrato, será reapresentada à CPTM, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias a contar da alteração e encaminhada por e-mail para o endereço eletrônico: programa.integridade@cptm.sp.gov.br.

Declaro ciência de que, na hipótese de identificação como **Parte Relacionada à CPTM**, a transação deverá seguir os trâmites específicos, podendo comprometer prazos.

No caso de parte relacionada, pessoa física, detalho a indicação para que o processo seja conduzido sob a ótica da Conformidade das Transações com Partes Relacionadas.

NOME	CPF	PARENTESCO	EMPREGADO CPTM	CARGO OCUPADO

Se a parte relacionada for entre Organizações:

PARTE RELACIONADA	EMPRESA	CNPJ
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO		
ADM DIRETA OU INDIRETA DO GESP		
ACIONISTA DA CPTM CONTROLA DIRETA OU INDIRETAMENTE		
CPTM OU GESP INFLUENCIAM OU TEM REPRESENTANTE NA ADM DA EMPRESA		
GESTORA DE BENEFÍCIO PÓS EMPREGO		

_____, ____ de _____ de _____

assinatura do representante legal
(com carimbo da PROPONENTE)

As pessoas físicas ou jurídicas que se enquadram nas condições acima, permanecem consideradas como Parte Relacionada por 180 (cento e oitenta) dias após a cessação desta condição.

ANEXO VII
PREGÃO ELETRÔNICO - PE05326
MODELO DE TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM

CONTRATADO:

ORDEM DE FORNECIMENTO: PE05326-_____

OBJETO: FORNECIMENTO DE CAVILHA DE CABO MENSAGEIRO.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) O ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://doe.tce.sp.gov.br/>), em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) As informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP - CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2024, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) É de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL: São Paulo/SP

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____

GESTOR DO CONTRATO:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____